

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2016

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Iniciativa:

Ementa:

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos a poluição ambiental com resultado morte, e o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dobrar a pena se da poluição resultar morte.

Explicação da Ementa:

Inclui no rol dos crimes hediondos a poluição ambiental com resultado morte.

Assunto: Meio Ambiente - Poluição

Data de Leitura: 16/02/2016

Em tramitação

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 16/02/2022 - MATÉRIA COM A
RELATORIA

Relatoria atual: Relator: Senador Fabiano Contarato

Tramita em conjunto com:

Projeto de Lei do Senado nº 479 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 416 de 2014

Projeto de Lei nº 2393 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 1 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 264 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2018

Projeto de Lei nº 2175 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 80 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 473 de 2017

Projeto de Lei nº 3007 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 314 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 117 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2016

Tramita em conjunto com:

Projeto de Lei do Senado nº 112 de 2018

Projeto de Lei nº 1521 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 177 de 2015

Projeto de Lei nº 3118 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 64 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 223 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 67 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 671 de 2015

Projeto de Lei nº 1923 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 135 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 88 de 2018

Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 101 de 2016

Projeto de Lei nº 663 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 306 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2015

Projeto de Lei nº 3133 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 469 de 2015

Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 54 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 653 de 2011

Projeto de Lei do Senado nº 380 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 42 de 2016

Projeto de Lei nº 3462 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 562 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 424 de 2017

Projeto de Lei do Senado nº 101 de 2011

Projeto de Lei do Senado nº 73 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2016

Tramita em conjunto com:

Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2016

Projeto de Lei da Câmara nº 39 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 555 de 2011

Projeto de Lei do Senado nº 367 de 2011

Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2015

Projeto de Lei nº 648 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 43 de 2015

Projeto de Lei nº 1199 de 2019

Projeto de Lei nº 2025 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 504 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 455 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 368 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 41 de 2013

Projeto de Lei nº 3404 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 229 de 2014

Projeto de Lei da Câmara nº 140 de 2017

Projeto de Lei do Senado nº 98 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 90 de 2011

Projeto de Lei do Senado nº 395 de 2018

Projeto de Lei nº 1030 de 2019

Projeto de Lei nº 1546 de 2019

Projeto de Lei nº 1544 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 125 de 2011

Projeto de Lei nº 1545 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 150 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 316 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 449 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 103 de 2016

Projeto de Lei nº 2171 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2016

Tramita em conjunto com:

Projeto de Lei do Senado nº 520 de 2011

Projeto de Lei do Senado nº 512 de 2018

Projeto de Lei nº 3405 de 2019

Projeto de Lei nº 3032 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 71 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 104 de 2013

Projeto de Lei do Senado nº 314 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 450 de 2018

Projeto de Lei da Câmara nº 24 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 79 de 2018

Projeto de Lei nº 3410 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 188 de 2015

Projeto de Lei nº 1715 de 2019

Projeto de Lei da Câmara nº 80 de 2012

Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 2015

Projeto de Lei nº 2865 de 2019

Projeto de Lei nº 3132 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 71 de 2018

Projeto de Lei nº 2855 de 2019

Projeto de Lei do Senado nº 35 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 471 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 533 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 178 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 376 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 436 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 357 de 2013

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2016

Tramita em conjunto com:

Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 513 de 2018

Projeto de Lei do Senado nº 66 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 14 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 327 de 2016

Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2012

Despacho:**16/02/2016 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

02/08/2016 (Fala da Presidência)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

08/05/2019**Aprovação de requerimento****Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria**

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senador Antonio Anastasia (encerrado em 04/04/2019 - Redistribuição)

Senador Rodrigo Pacheco (encerrado em 18/02/2021 - Alteração na composição da comissão)

Senador Fabiano Contarato

CMA - (Comissão de Meio Ambiente)**Relator(es):**

Senador Aloysio Nunes Ferreira (encerrado em 30/03/2016 - Redistribuição)

Senador Jorge Viana (encerrado em 02/08/2016 - Audiência de outra Comissão)

TRAMITAÇÃO**16/02/2022** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Redistribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.

(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3007, 3032, 3067, 3076, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3410, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3712, 3805, 3967, 4011, 4194, 4230, 4233, 4287, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6206, 6216, 6304, 6400, 6401, 6482, 6584, e 6419 de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.)

18/02/2021 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

TRAMITAÇÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

07/02/2020 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Mantida a relatoria com o Senador Rodrigo Pacheco.
Em função de ser o relator do PLS nº 236, de 2012 (Reforma do Código Penal Brasileiro).
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3007, 3032, 3067, 3076, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3410, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3712, 3805, 3967, 4011, 4194, 4230, 4233, 4287, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6206, 6216, 6304, 6400, 6401, 6482, 6584, e 6419 de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.)

30/10/2019 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 982, de 2019, de autoria do Senador Alvaro Dias, que solicita o desapensamento do PLS 658/2015.
A presente matéria retorna à CCJ.

30/10/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando leitura de requerimento, do Senador Alvaro Dias, que solicita o desapensamento do PLS 658/2015.

30/10/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo Senador Rodrigo Pacheco para atender à solicitação constante do OF. SF/866/2019, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento formulado pelo Senador Alvaro Dias, para tramitação autônoma do PLS 658/2015.
À SLSF.

13/05/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido ao relator, Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório.

(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 658, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1544, 1545, 1546, 2855 e 2865, de 2019; e o SCD nº 8, de 2015).

08/05/2019 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 379, de 2019, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, solicitando a tramitação conjunta com o PLS 236/2012 das seguintes matérias: PL 556/2019; PL 634/2019; PL 647/2019; PL 648/2019; PL 655/2019; PL 663/2019; PL 847/2019; PL 1030/2019; PL 1199/2019; PL 1544/2019; PL 1545/2019; PL 1546/2019; PL 1642/2019; PLC 24/2015; PLC 27/2015; PLC 33/2015; PLC 39/2015; PLC 140/2017; PLS 1/2015; PLS 4/2012; PLS 14/2016; PLS 28/2018; PLS 35/2015; PLS 41/2013; PLS 42/2016; PLS 54/2015; PLS 63/2015; PLS 64/2015; PLS 65/2015; PLS 66/2015; PLS 67/2016; PLS 71/2015; PLS 71/2018; PLS 73/2015; PLS 79/2018; PLS 82/2015; PLS 88/2018; PLS 92/2015; PLS 92/2016; PLS 93/2016; PLS 98/2016; PLS 101/2011; PLS 101/2016; PLS 103/2016; PLS 106/2016; PLS 112/2018; PLS 121/2015; PLS 125/2011; PLS 130/2016;

TRAMITAÇÃO

PLS 135/2015; PLS 148/2015; PLS 160/2015; PLS 177/2015; PLS 178/2015; PLS 179/2018; PLS 181/2015; PLS 188/2015; PLS 190/2018; PLS 206/2015; PLS 209/2018; PLS 223/2018; PLS 229/2014; PLS 264/2018; PLS 287/2018; PLS 291/2015; PLS 297/2015; PLS 298/2018; PLS 306/2016; PLS 310/2017; PLS 314/2016; PLS 314/2018; PLS 316/2018; PLS 327/2016; PLS 357/2013; PLS 367/2011; PLS 368/2018; PLS 376/2015; PLS 380/2015; PLS 381/2018; PLS 384/2018; PLS 395/2018; PLS 416/2014; PLS 424/2017; PLS 436/2015; PLS 443/2017; PLS 449/2015; PLS 450/2018; PLS 455/2016; PLS 460/2016; PLS 461/2016; PLS 469/2015; PLS 469/2017; PLS 471/2018; PLS 473/2017; PLS 479/2018; PLS 503/2018; PLS 504/2018; PLS 512/2018; PLS 513/2018; PLS 518/2015; PLS 520/2011; PLS 533/2018; PLS 562/2015; PLS 653/2011; PLS 658/2015; PLS 669/2015; PLS 671/2015; PLS 787/2015 e SCD 8/2015.

As matérias passam a tramitar em conjunto, aquelas de caráter terminativo o perdem, e vão à CCJ.

08/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

24/04/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo Relator, Senador Rodrigo Pacheco para atender a solicitação constante do OF. SF/219/2019, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento, para tramitação em conjunto com o PLS nº 236, de 2012.

(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: PLC nº 24, de 2015; e PLS nºs 117, 150, 181 e 658, de 2015; e 22 e 80, de 2016. Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: PLC nº 80, de 2012; e PLS nºs 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; e 41, 104 e 357, de 2013.)

À SLSF.

04/04/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório.
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: PLC nº 24, de 2015; e PLS nºs 117, 150, 181 e 658, de 2015; e 22 e 80, de 2016.)

04/04/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Antonio Anastasia, para redistribuição.
Juntei o Ofício nº 115/2019 do Senador Antonio Anastasia que apresenta sugestão de alteração da Parte Geral do Código Penal.
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: PLC nº 24, de 2015; e PLS nºs 117, 150, 181 e 658, de 2015; e 22 e 80, de 2016.)

14/02/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Relatoria mantida com o Senador Antonio Anastasia.
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: PLC nº 24, de 2015; e PLS nºs 117, 150, 181 e 658, de 2015; e 22 e 80, de 2016.)

04/01/2019 SF-SACCI - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido nesta Comissão.
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: PLC nº 24, de 2015; e PLS nºs 117, 150, 181 e 658, de 2015; e 22 e 80, de 2016.)

03/01/2019 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Ação: O Projeto de Lei do Senado nºs 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro, continua tramitando com o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2015; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 117, 150, 181 e 658, de 2015; 22 e 80, de 2016, e retornam a análise da CCJ. As demais matérias que tramitavam em conjunto foram arquivadas, nos termos do art. 332, do Regimento Interno.

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

31/10/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido ao relator, Senador Antonio Anastasia, para emitir relatório.
(Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; 24, de 2015; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 542, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013; 117, 118, 181, 243, 658, de 2015; 22 e 80, de 2016).
(Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015).

23/10/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado o PLS nº 542, de 2011, à Secretaria-Geral da Mesa para atender a solicitação constante do OF. SF/1140/2018, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento, formulado pelo Senador Reditário Cassol, para apreciação da matéria pelo Plenário do Senado Federal, nos termos do art. 172, I do Regimento Interno do Senado Federal (fls. 18 e 19 do PLS nº 542, de 2011).
(Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; 24, de 2015; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013; 117, 118, 181, 243, 658, de 2015; 22 e 80, de 2016).
(Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015).

06/11/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Na 48ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 81, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, com a presença dos seguintes convidados: EMANUEL QUEIROZ RANGEL, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, representante do senhor ANTONIO JOSÉ MAFFEZOLI LEITE, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – Anadep; CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; RAIMUNDO ANTONIO PALMEIRA DE ARAUJO, Conselheiro Federal e Secretário da Comissão Especial de Estudo do Direito Penal da OAB, representante do senhor CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO, Desembargador do TJMG, representante do senhor JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO, Vice-Presidente da CONAMP, representante da senhora NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; e ROBERTO CARVALHO VELOSO, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe. Justificaram a ausência o senhor JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; e o senhor RODOLFO QUEIROZ LATERZA, Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil – Fendepol. Usam da palavra os Senadores Edison Lobão e o Senador Antonio Anastasia, Presidente em exercício da CCJ.

(Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358,

TRAMITAÇÃO

359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013).

(Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015).

27/09/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Na 40ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 81, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria.

(Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013).

(Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015).

Matéria aguardando realização de Audiência Pública.

08/08/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Na 30ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 22, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, com a presença dos seguintes convidados: DOUGLAS FISCHER, Procurador Regional da República; PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, Advogado e Professor da Universidade de São Paulo - USP; MARCELO TURBAY, Advogado, representante do senhor ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, Advogado; LUÍS GRECO, Professor da Universidade de Augsburg; ALAOR CARLOS LOPES LEITE, Professor da Universidade de Augsburg; GUSTAVO DE OLIVEIRA QUANDT, Defensor Público da União - DPU; FREDERICO GOMES DE ALMEIDA HORTA, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Justifica ausência a senhora MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, Ministra do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Usam da palavra os Senadores Antonio Anastasia, Lasier Martins, a Senadora Simone Tebet e o Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ.

(Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013).

(Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015).

14/06/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Na 20ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 22, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria.

(Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013).

(Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015).

Matéria aguardando realização de Audiência Pública.

TRAMITAÇÃO

15/09/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da Reforma do Código Penal Brasileiro o Senador Antonio Anastasia (art. 374, II, do Regimento Interno do Senado Federal).

02/08/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.
(Anexado ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que institui novo Código Penal, na forma do art. 374, II, do Regimento Interno.)

02/08/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: A presente matéria vai à CCJ, onde tramita o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que institui novo Código Penal, na forma do art. 374, II, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 67

02/08/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

02/08/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Recebido o OF. SF/966/2016, que solicita o envio deste Projeto à Secretaria-Geral da Mesa, em atendimento ao art. 374, II, do RISF (fl. 3).

À SGM, para as devidas providências.

***** Retificado em 02/08/2016*****

Recebido o OF. SF/966/2016, que solicita o envio deste Projeto à Secretaria-Geral da Mesa, em atendimento ao art. 374, II, do RISF (fl. 3).

À SLSF, para as devidas providências.

14/04/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao Senhor Senador Jorge Viana, para relatar.

O processado físico permanece na CMA.

30/03/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria devolvida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira para redistribuição.

17/03/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da CMA, Senador OTTO ALENCAR, designa o Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA relator da matéria.

TRAMITAÇÃO

25/02/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Esgotado o prazo regimental sem a apresentação de emendas, a matéria aguarda designação de Relatoria.

18/02/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Aberto o prazo para apresentação de emendas ao projeto.

Primeiro dia: 18.02.2016

Último dia: 24.02.2016

16/02/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Matéria recebida na CMA nesta data. Aguarda abertura do prazo para recebimento de emendas.

16/02/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Ação: Este processo contém 2 (duas) numeradas e rubricadas

16/02/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.

Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

O projeto poderá receber emendas perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 123-124

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 22/2016

Data: 16/02/2016

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos a poluição ambiental com resultado morte, e o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dobrar a pena se da poluição resultar morte.

Avulso inicial da matéria

Data: 16/02/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.

Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

O projeto poderá receber emendas perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

